

## O HISTORIADOR NO ARQUIVO: ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

**LUIS MARCELO MOREIRA<sup>1</sup>**; RHANIEL JESUS DE S. FARIAS<sup>2</sup>; FABÍOLA P. DE SOUZA<sup>3</sup>; RAUL SALOMÃO DE SOUZA<sup>4</sup>; ANA INEZ KLEIN<sup>5</sup>

<sup>1</sup>*Universidade Federal de Pelotas – luismarcelomoreira@hotmail.com*

<sup>2</sup>*Universidade Federal de Pelotas – rhanielfarias@gmail.com*

<sup>3</sup>*Universidade Federal de Pelotas – faloscabi@gmail.com*

<sup>4</sup>*Universidade Federal de Pelotas - raul.chara2009@gmail.com*

<sup>5</sup>*Universidade Federal de Pelotas - anaiklein@gmail.com*

### 1. INTRODUÇÃO

A importância de Pelotas enquanto objeto de pesquisas no campo historiográfico pode ser comprovada pela existência de grande número de importantes trabalhos realizados e publicados ou em andamento que trata de temas tais como escravidão, elite charqueadora, imigração, produzidos por diversas áreas de conhecimento como Antropologia, Geografia, Arquitetura e Urbanismo.

Grande parte dos documentos históricos que geram estas pesquisas encontram-se em acervos localizados nos núcleos de pesquisa da UFPEL e são constituídos e organizados pelos próprios pesquisadores, na falta de um Arquivo Municipal ou de condições de ampliação dos arquivos nas instituições já existentes tais como o Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas e Biblioteca Pública Pelotense. Estes arquivos guardam a história e a memória das comunidades pertencentes à Pelotas.

O Núcleo de Pesquisa em História Regional iniciou suas atividades como um grupo de pesquisas, formado por historiadores voltados para a preservação da História Local tanto na forma de produção de trabalhos de pesquisa como na forma da constituição de Arquivos Históricos. Dois Fundos Documentais compõem o Acervo Ayala, que pertence ao NPHR: O Fundo Documental Ayala, doado em 2014 e o Fundo de Registros de Testamentos e Inventários de Pelotas (1864 a 1966), doado em 2015.

O trabalho com arranjo de arquivos constitui pilar do debate acerca da promoção da cidadania através da preservação da memória e das identidades dos sujeitos sociais. O conceito de cidadania é aqui considerado em seu sentido pleno, qual seja “a formação, informação e participação múltiplas na construção da cultura, da política, de um espaço e de um tempo coletivos” onde a história possui “um papel de formadora de identidades” (PAOLI, p. 25).

O Curso de Bacharelado em História da UFPEL tem como objetivo para a formação do seu egresso preparar historiadores capazes de atuar em arquivos, museus e outras instituições culturais. A organização dos acervos da Universidade é uma oportunidade para os bacharelados realizarem atividades práticas e estágios na sua área de atuação profissional.

O ingresso de alunos com Deficiência Visual no Curso de Bacharelado em História exige que ações de adequação para a promoção da autonomia de pessoas com deficiência visual em arquivos sejam pensadas e propostas. Para contemplar esta questão, este projeto propõe-se a realizar diferentes abordagens ao tema da inclusão em Arquivos, do profissional ao usuário.

A atuação do Historiador nos arquivos históricos tem sido amplamente debatida, num movimento importante de profissionalização da atuação deste profissional. Recentemente, em 17 de agosto de 2020, a profissão foi

regulamentada por lei. Faz-se necessário, no entanto, para além, aprofundar os estudos acerca da inclusão de pessoas com deficiência na atuação profissional no arquivo, bem como na condição de usuário deste arquivo.

O presente projeto conta com a presença de alunos com deficiência visual e tutores do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da Universidade Federal de Pelotas e objetiva, ao final, elaborar materiais orientadores para a atuação profissional de historiadores com deficiência visual na organização de arquivos históricos.

Os acervos do Núcleo de Pesquisa em História Regional recebem semestralmente, para a realização de atividades práticas, alunos que necessitam de atendimento especializado. Registrar esta experiência é o que motiva a elaboração deste projeto.

A bibliografia utilizada versa sobre questões relativas à ação do historiador nos arquivos, à regulamentação da profissão de historiador e à inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência visual.

## 2. METODOLOGIA

O Projeto é uma das ações de ensino do Projeto Unificado intitulado “Ações Educativas nos Acervos do Núcleo de Pesquisa em História Regional” que objetiva o registro das diversas atividades relacionadas à preservação do patrimônio histórico de Pelotas que são desenvolvidas nos acervos de documentos históricos e bibliográficos do NPHR. Esta ação de ensino será desenvolvida contemplando os seguintes passos:

- Analisar o tema da acessibilidade e inclusão de Profissionais e Usuários em Arquivos Históricos, problematizando os conceitos.
- Analisar os impactos da Regulamentação da Profissão de Historiador na busca pela inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiências.
- Elaborar Materiais Orientadores (manuais ou similares) para servir de referencial para outros arquivos;
- Participar em eventos buscando compartilhar experiências e formar grupos de trabalho.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De forma inusitada, alguns resultados deste projeto foram produzidos antes mesmo da sua elaboração. Instrumento de avaliação da disciplina de Organização de Arquivos Históricos, o Relatório de Atividades Práticas de graduandos com deficiência Visual que haviam ingressado no curso de Bacharelado em História, apresentou uma proposta de inversão nas tarefas do arquivo (1. Recepção e Registro; 2. Higienização; 3. Avaliação/Identificação; 4. Classificação/Arranjo; 5. Digitalização; 6. Acondicionamento; 7. Descrição; 8. Disseminação), que oportunizava a participação autônoma destes graduandos.

Se a ordenação da organização dos documentos em arquivo indica a sua Digitalização na etapa 5 do processo, ou a partir dela, este relatório sugeriu que ela fosse realizada imediatamente após a higienização, pois este processo oportunizaria a participação do deficiente visual nas etapas de Avaliação e Classificação documentos no Arquivos. A digitalização permite que o aluno tome ciência do documento, do que se trata, para dar andamento às fases seguintes. O uso do sistema NVDA (NonVisual Desktop Access), um leitor de tela livre, aberto e portátil para a Microsoft Windows, possibilita ao acadêmico o conhecimento do

conteúdo do documento operacionalizado, necessário para a sua Avaliação e Classificação.

Para a etapa primeira, a higienização, basta que, ao receber o documento, ele seja depositado em local pré estabelecido e de fácil acesso à pessoa com deficiência. Este toma o primeiro contato com o documento e faz o procedimento de higienização.

A partir deste diálogo entre o graduando deficiente visual e a professora responsável pelas disciplinas de organização de arquivos históricos, que propôs a flexibilização na ordem das etapas do documento no arquivo, começou-se a criação do projeto de elaboração de materiais para orientação dos arquivos de toda a instituição para receberem pessoas com deficiência visual para atuar profissionalmente. O mesmo relatório detalha as necessidades de adequação do espaço para a autonomia no trabalho de organização e manutenção do Arquivo Físico.

#### 4. CONCLUSÕES

Na busca de integrar o aluno com deficiência visual junto a comunidade acadêmica, dando visibilidade para que o indivíduo tenha aproveitamento de seu aprendizado, decidimos viabilizar um projeto de acessibilidade criando um manual com diretrizes que sejam facilitadoras no processo de conhecimento ao longo da disciplina, aproveitando a discussão quanto à regulamentação da profissão do historiador, que poderá aplicar seus conhecimentos de arquivo em vários outros segmentos do trabalho. Compete aos estudantes do curso de Bacharelado em História, portadores de deficiência visual e de baixa visão, a oportunidade igualitária de mostrar nossos conhecimentos e possibilidades de garantir colocação funcional no mercado de trabalho.

O arquivo deve proporcionar um ambiente de boa mobilidade ao profissional, com orientações demarcaórias para locomoção, tais como piso tátil de condução e atenção, pastas com descrição em escrita Braille, letras ampliadas para portadores de baixa visão e escrita convencional para os demais usuários. Para a execução do trabalho o espaço deverá contar com computador munido de leitor de tela, programa NVDA, que possibilita ao usuário acompanhar a rotina do desenvolvimento operacional além de aparelho para digitalização dos documentos produzidos pela instituição.

Todos os profissionais que atuam no arquivo devem seguir um roteiro para oportunizar a total independência de todos: recepção de documentos, digitalização, cadastramento de arquivo virtual por assunto, arquivamento do documento físico em caixas arquivos devidamente etiquetadas nos padrões que o deficiente possa identificar através do tato. Seguindo esse ordenamento, possibilitaremos maiores resultados na busca de autonomia e inclusão de deficientes visuais em arquivos que poderá servir de estímulo a que outros cursos da universidade ampliem o número de projetos com este mesmo propósito.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA, Luciana Ferreira da; SILVA, Alan Curcino Pedreira da and RAMALHO, Francisca Arruda. **Para além dos estudos de uso da informação arquivística: a questão da acessibilidade.** Ci. Inf. [online]. 2010, vol.39, n.2, pp.129-143. ISSN 0100-1965.

MIRANDA, Marcia Eckert. Historiadores, Arquivistas e Arquivos. **ANAIIS do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH. São Paulo, Julho 2011.

PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado. Memoria , historia e cidadania: o direito ao passado. In: **Direito a Memoria: Patrimonio Historico e Cidadania** [S.l: s.n.], 1992.

RODRIGUES, Irany Barbosa; SANTOS, Kleane Pâmela Franklin dos. A função social do arquivista: uma abordagem sobre inclusão e acessibilidade nos arquivos. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, n. 1, v. 12, 2017.

WELLICHAN, Danielle S. Pinheiro; SOUZA, Camila da Silva. A inclusão na prática: alunos com deficiência no ensino superior. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, v.21, n.1, p. 146-166, 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9786>. Acesso em: 10 jun. 2019.